

“a força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une” (Miltons Santos)

Robert Castel (1995) ha muito tempo afirmou que a “exclusão vem se impondo pouco a pouco ... para definir todas as modalidades de miséria do mundo: o desempregado de longa duração, o jovem da periferia, o sem domicílio fixo, etc. São 'excluídos' “. Naquele contexto histórico, segundo ele, este tema invadiu toda a mídia e o discurso político, porém, ao alertar-nos sobre os usos inadequados de tal terminologia, demonstra-nos os riscos e as fraturas sociais atuais posto que tal questão “oculta e traduz” o estado atual da questão social. Segundo este autor: “focalizar a atenção sobre a exclusão apresenta o risco de funcionar como uma armadilha, tanto para a reflexão como para ação”. Para Castel, “o que está em questão é reconstruir o continuum de posições que ligam os 'in' e os 'out', e compreender a lógica a partir da qual os 'in' produzem os 'out'. Conforme ele, “o destino dos 'excluídos' se define essencialmente antes que ele se fragilize”; “ a luta contra a exclusão corre o risco de se reduzir a um pronto socorro social, isto é, intervir aqui e ali para tentar reparar as rupturas do tecido social. Esses empreendimentos não são inúteis, mas deter-se neles implica na renúncia de intervir sobre o processo que produz estas situações” É o processo de transformação sócio-econômico que os marginalizou. Este processo é uma construção histórica, que segundo ele, é fruto de procedimentos oficiais, de forma a representar um verdadeiro status, sendo uma forma de discriminação negativa que obedece normas específicas de construção. E o enfrentamento deste tipo de conjuntura pressupõe outros tipos de medidas de enfrentamento transformadoras. Não é nova essa tentação de deslocar o tratamento social para o que é periférico. Ela corresponde a uma espécie de princípio de economia no qual pode-se encontrar justificativas: parece mais fácil e mais realista intervir sobre os efeitos de um disfuncionamento social que controlar os processos que o acionam, porque a tomada de responsabilidade desses efeitos pode se efetuar sobre um modo técnico enquanto que o controle do processo exige um tratamento político” .

Nos últimos dias, assistimos novos e tristes casos de morte da população negra ocorridos no país e EUA. O avanço avassalador e assustador da **necropolítica** por parte do Estado Brasileiro e governos, nos diversos territórios, conjugado com a “desconstrução” das políticas públicas, impõem a **urgência** da pactuação coletiva de um compromisso ético-ideo-político, para a conjugação de esforços, ações e luta, em prol da **imediata interrupção do genocídio da população negra e de outros grupos como indígenas, LGBTQ , moradores de rua e tantos outros**. O genocídio histórico alimenta-se vorazmente de estratégias explícitas, como: violência (estrutural e institucional); racismo (ambiental, estrutural e institucional); desigualdades (saúde, habitação, renda, educacional, arquitetônica, digital, lazer, acesso e posse da terra, sanitária e tantas outras); e das discriminações produzidas contra estes grupos, suas histórias, valores e produções culturais etc.

A emancipação humana, “poderá se desenvolver por meio de atitudes e ações permanentes que demonstrem as contradições não apenas entre o que está previsto em lei e sua coerência prática, mas, sobretudo, contradições que revelam a incapacidade e a impossibilidade desses direitos romperem com o criadouro da violência estrutural: a apropriação privada da produção social (a propriedade privada)” (Silva, 2006, p. 46).

Destacamos aqui o importante papel das Universidades, fundamentado na tríade ensino, pesquisa e extensão e na autonomia universitária, na formação qualificada de profissionais e professores, na produção científica, tecnológica e social, e proposições para o país, para uma nova maneira de fazer educação das relações étnico-raciais, com explícita preocupação em educar\formar para a igualdade racial e o respeito às singularidades, às particularidades e pluralidades, e contribuição para uma sociedade mais justa e equânime

A luta por justiça social é transversal a todos os atores que compõem a sociedade brasileira e poderá ser concretizada com o uso público da palavra, da reflexão, da ação e da construção criativa e transformadora, e pressupõe articulação coletiva e direção política .

Retomando Castel (1996): “a luta contra a exclusão” deve centrar-se, na medida do possível, no modo preventivo, com esforços de intervenção voltados para os fatores de desregulação da sociedade salarial, “no coração mesmo dos processos da produção e da repartição das riquezas sociais”.

Repudiamos, e não suportamos mais , a violência histórica, estrutural e institucional, imposta aos nossos povos !

Explicitamos a nossa solidariedade às famílias brasileiras que choram e sofrem pela morte de seus queridos filhos, nossos irmãos, e são (re) vitimizadas continuamente .

Adriana Simas Ribeiro da Costa, Rivaldo Carlos de Oliveira e Ronaldo Martins – trabalhadores da área de Estágios da PUC-SP
